

**Luísa Ribeiro**  
**Isabel Menezes**

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto - Portugal

# **EFEITOS DO CONTEXTO EDUCATIVO NAS ATITUDES E COMPORTAMENTOS POLÍTICOS DOS JOVENS**

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DE UM ESTUDO COMPARATIVO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO**

### **Resumo**

São apresentados os resultados de um estudo levado a cabo junto de 349 jovens que frequentam um curso de formação profissional de aprendizagem em alternância ou um curso do ensino secundário, analisando os efeitos do contexto educativo nas suas concepções, atitudes e comportamentos políticos, tais como concepções de cidadania, interesse político, eficácia política, actividade política futura e experiências políticas. A eficácia e as experiências políticas são analisadas em relação a um fenómeno significativo em Portugal, que conduziu a uma intensa mobilização popular: o processo de referendo e independência de Timor Leste.

Os resultados indicam que os formandos da aprendizagem em alternância apresentam níveis superiores de eficácia política e utilizam mais a internet enquanto meio de participação política, em comparação com os estudantes do ensino secundário. Por outro lado, estes apresentam níveis superiores de participação política em geral.

### **O papel dos contextos de vida na cidadania e na política**

Segundo uma perspectiva desenvolvimental-ecológica, que privilegia a abordagem holística

do sujeito, em estreita relação com os seus contextos de vida, as experiências de vida dos indivíduos assumem o papel de mediadoras do desenvolvimento pessoal.

A escola e outras instituições da sociedade civil, tais como associações (por exemplo, de defesa do ambiente, ou de solidariedade social), têm um papel importante na promoção da cidadania, enquanto contextos de vida significativos no desenvolvimento dos jovens. A preparação dos futuros cidadãos é um objectivo explícito da educação (Figueiredo & Silva, 2000) em diversos países da União Europeia. A escola e a comunidade podem ser vistas como um palco em que os jovens podem praticar o exercício da cidadania (Torney-Purta, Lehmann, Oswald & Schulz, 2001), construindo activamente o seu papel de cidadãos.

### Dimensões observadas numa amostra de 349 jovens Portugueses

São apresentados os resultados de um estudo que teve como objectivo analisar a influência do contexto educativo nas concepções, atitudes e comportamentos políticos dos jovens. Numa altura em que as questões da cidadania se colocam com grande relevância, interessa perceber o papel de dimensões contextuais, concretamente no que diz respeito à escola, em dimensões pessoais do domínio político e da cidadania (Figura 1).

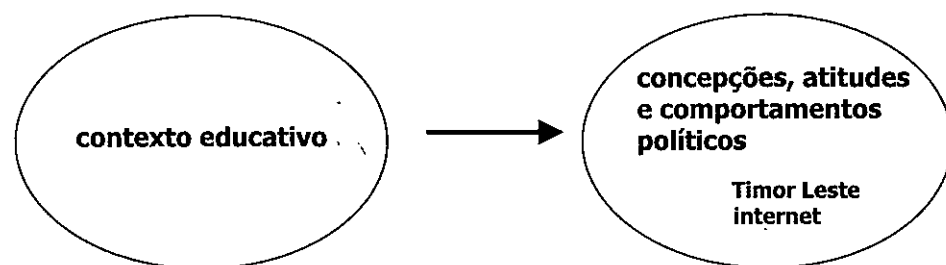


Figura 1 – Dimensões observadas neste estudo.

No primeiro caso, foram considerados dois percursos educativos distintos (Figura 2): os cursos do ensino secundário, de carácter geral e tecnológicos, e os cursos de formação profissional de aprendizagem em alternância, de nível III (com duração também de três anos, conferindo equivalência ao 12.º ano). Esta opção tem sido assumida noutros estudos, tanto a nível nacional como europeu, que têm demonstrado que estes dois percursos educativos produzem efeitos diferenciados em matéria de promoção do desenvolvimento dos jovens (Ichilov, 1991; Lind, 1996).

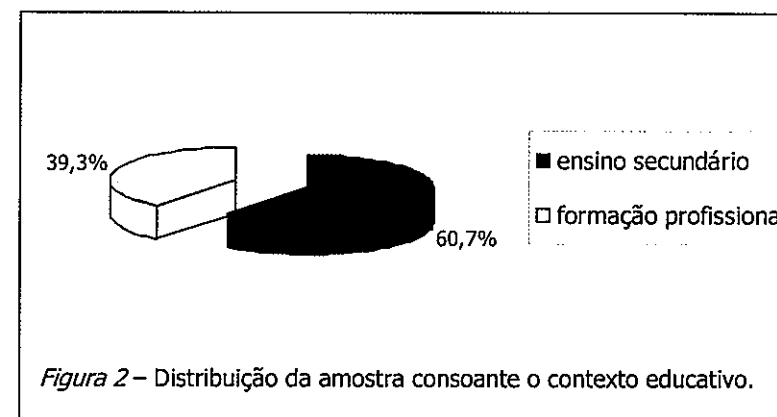


Figura 2 – Distribuição da amostra consoante o contexto educativo.

Uma dimensão também observada, que permitiu caracterizar a qualidade das experiências que os jovens vivenciam no contexto educativo, diz respeito às oportunidades existentes para assumirem reais responsabilidades – desempenho de papéis – e para reflectirem acerca dessas experiências, contando com o apoio de outros significativos – reflexão guiada (Lind, 1996). Estas duas variáveis contemplaram experiências na escola (quer nas aulas, quer fora do espaço lectivo) e nas instituições da sociedade civil.

No segundo caso, as dimensões pessoais incluíram concepções, atitudes e comportamentos políticos, que têm sido amplamente considerados em investigações nacionais e europeias (Braga da Cruz, 1995; Hahn, 1998; Ichilov, 1988, 1991; NCES, 2001; Robinson, Shaver & Wrightsman, 1999; Torney-Purta et al., 2001; Villaverde Cabral & Machado Pais, 1998). Neste estudo, foram observadas as concepções de cidadania, permitindo aceder às percepções dos jovens acerca do que é um bom cidadão, ou seja, que tipo de características são valorizadas em termos das responsabilidades e deveres (e não tanto dos direitos) de cidadania. Por outro lado, foi observado o interesse político, considerado um pré-requisito para a participação responsável por parte dos cidadãos (Torney-Purta et al., 2001), indispensável ao bom funcionamento do sistema democrático. A eficácia política, frequentemente associada à participação política (Reef & Knoke, 1999), permitiu examinar até que ponto os sujeitos se sentem confiantes e competentes para influenciar o decurso dos acontecimentos políticos e qual a sua crença na abertura e receptividade do governo. A actividade política futura diz respeito às disposições dos sujeitos relativamente ao seu comportamento político no futuro. Assumindo que a participação política constitui uma característica central da democracia, é fundamental atender às experiências políticas dos jovens enquanto fonte de informação acerca do repertório de comportamentos característicos desta população.

A inclusão destas variáveis permitiu a caracterização da forma como os jovens vivem a dimensão política, analisando, por exemplo, os seus níveis de interesse e de participação política. A eficácia política e as experiências políticas foram observadas em geral e em relação a uma situação específica que gerou uma intensa mobilização da sociedade portuguesa: o processo de independência de Timor Leste, com a realização do referendo

em 1999. Tentou-se, desta forma, perceber em que medida situações concretas poderão influenciar o envolvimento político dos jovens.

Um outro aspecto que mereceu especial atenção foi a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente a internet, como forma de participação política dos jovens (passiva, como recolha de informação, ou activa, enquanto meio para expressar uma opinião, por exemplo). O impacto da internet como forma de participação política tem sido analisado por vários autores (Haythornthwaite, 2001; Ichilov, 1998; Katz, Rice & Aspden, 2001; Kavanaugh & Patterson, 2001; Wellman, Haase, Witte & Hampton, 2001), havendo mesmo referências a que vivemos numa era de democracia electrónica (Monteiro, 1999). Assim, este meio é comparado com outros meios de comunicação, como a televisão, o jornal e a rádio, averiguando até que ponto a internet constitui uma via de participação política a que os jovens recorrem, ou se, pelo contrário, não lhes está acessível.

### Caracterização da amostra e procedimento

Dos 349 jovens (Figura 3), 50.7% são rapazes e 49.3% são raparigas. A idade média é de 18.23 (dp=1.50), oscilando entre 16 e 26 anos, tendo sido agrupados em 3 categorias: 16/17 anos (40.2%), 18/19 anos (42%) e 20 anos ou mais (17.8%). O nível sócio-cultural foi observado através de um índice de literacia familiar, definido a partir do número de livros em casa, que tem sido já utilizado em estudos internacionais, provando ser um bom preditor da realização académica e do conhecimento cívico (Torney-Purta et al., 2001). O número de livros em casa representa a ênfase colocada na educação, os recursos disponíveis para adquirir literacia e o apoio académico que um adolescente encontra na sua família. Nesta amostra, 35.7% dos sujeitos referem ter entre 1 e 50 livros em casa, 30.3% afirmam ter entre 51 e 100 livros e 34% apontam para mais de 100 livros.

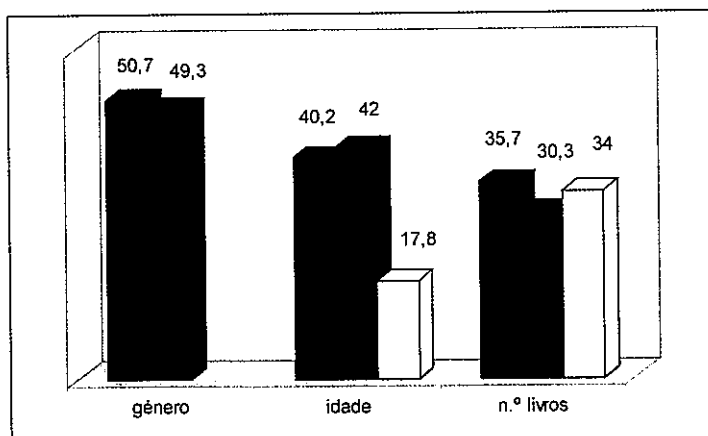


Figura 3 – Distribuição da amostra consoante o género, a idade e o número de livros (%).

Os sujeitos responderam a um questionário anónimo administrado a turmas inteiras na sala de aula, durante o horário lectivo normal.

### Objectivos do estudo

Este estudo tem como objectivos principais:

- Caracterizar as concepções, atitudes e comportamentos políticos dos jovens (incluindo o impacto da situação política específica de Timor Leste e a utilização da internet);
- Analisar os efeitos do contexto educativo nas concepções, atitudes e comportamentos políticos dos jovens.

### Caracterização das concepções, atitudes e comportamentos políticos dos jovens

Relativamente às concepções de cidadania, e de acordo com o que era esperado, a população juvenil parece estar a construir concepções do que é um bom cidadão em que valoriza, em primeiro lugar, a dimensão social da cidadania (Quadro 1), nomeadamente a ajuda aos outros, ser um bom pai/mãe de família e um bom trabalhador. A dimensão activa da cidadania, como por exemplo, entrar em contacto com políticos ou escrever artigos, surge em segundo lugar, enquanto que a cidadania convencional é a menos valorizada pelos jovens. Exemplos desta vertente são: interessar-se e conversar sobre assuntos políticos, votar nas eleições, ser militante de um partido político.

Em relação ao interesse político, 84.4% dos jovens referem interessar-se pouco ou nada por assuntos políticos, enquanto que 88.8% manifestam bastante ou muito interesse por assuntos da actualidade. Estes resultados, apontados já por Hahn (1998), confirmam a hipótese que tinha sido previamente formulada.

No que diz respeito à eficácia política, verificamos, ao contrário do que era esperado, que os níveis de eficácia política em relação a Timor Leste não são os mais elevados, em comparação com os níveis de eficácia política colectiva. No entanto, as diferenças encontradas podem ser explicadas pelo facto de os jovens terem sido mais realistas e concretos nas suas respostas aos itens referentes à situação concreta em Timor Leste, enquanto que nos itens relativos à eficácia política colectiva poderão ter sido mais vagos, retratando as suas crenças em abstracto. Não é de surpreender que a média da escala de auto-eficácia política tenha sido a mais baixa, tendo em conta que este factor é constituído apenas por dois itens, os quais dizem respeito à capacidade dos jovens para influenciarem ou convencerem outras pessoas a votar num determinado partido ou a concordarem com as suas opiniões sobre assuntos políticos.

Quanto à actividade política futura, constatamos que as actividades passivas, tais como a utilização dos meios de comunicação e o falar com pessoas significativas sobre assuntos políticos, surgem claramente em primeiro lugar. Seguidamente, surge a participação política de carácter social e, por fim, a participação política convencional.

Estes resultados vêm de encontro à hipótese que tinha sido previamente formulada.

<p><b>Percepções do papel de cidadão</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1º. Cidadania social</li><li>2º. Cidadania activa</li><li>3º. Cidadania convencional</li></ol> <p><b>Interesse político</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1º. Interesse por assuntos da actualidade</li><li>2º. Interesse por assuntos políticos</li></ol> <p><b>Eficácia política</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1º. Eficácia política colectiva</li><li>2º. Eficácia política Timor Leste</li><li>3º. Auto-eficácia política</li></ol> <p><b>Actividade política futura</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1º. Utilização dos meios de comunicação</li><li>1º. Falar com pessoas significativas</li><li>3º. Participação activa social</li><li>4º. Participação política activa convencional</li></ol> <p><b>Experiências políticas</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1º. Experiências passivas Timor Leste</li><li>2º. Experiências passivas em geral</li><li>3º. Experiências activas Timor Leste</li><li>3º. Experiências através da internet</li><li>5º. Experiências activas em geral</li></ol>
---

Quadro 1 – Sieriação resultante das diferenças de médias encontradas entre os vários factores identificados em cada dimensão observada.

Verificamos, então, que os jovens se encontram mais predispostos para, no futuro, se envolverem em actividades passivas, tais como acompanhar as notícias através da televisão e dos jornais e falar sobre assuntos políticos com outras pessoas, principalmente os pais e os amigos. Os comportamentos que implicam uma participação mais activa por parte dos jovens são menos preferidos por estes. De qualquer forma, e como era esperado, os sujeitos estão mais predispostos a participar em actividades relacionadas com movimentos sociais do que em acções mais directamente conotadas convencionalmente como políticas e que implicam uma postura bastante activa. [O voto, apesar de se incluir nas actividades políticas convencionais, continua a ser um comportamento que os jovens consideram que irão adoptar no futuro, tal como acontece na investigação de Hahn

(1998) e de Torney-Purta et al. (2001)]. As disposições dos jovens em relação à sua participação política futura correspondem, no geral, às concepções que constroem acerca do papel de cidadão.

Relativamente às experiências políticas, os resultados vêm de encontro ao que era esperado, na medida em que as actividades passivas são claramente o alvo primordial da preferência dos jovens, em comparação com as actividades que implicam maior mobilização e envolvimento activo dos indivíduos. Aliás, não podemos deixar de salientar a reduzida participação dos jovens em actividades ligadas quer à cidadania social, quer à cidadania convencional. Por outro lado, o grau de participação política dos jovens é superior no caso de Timor Leste (apesar de também reduzida) em comparação com a participação em geral, confirmando a hipótese previamente formulada. A internet, apesar de apresentar valores superiores em relação à participação activa em geral, não parece, de facto, ser uma ferramenta utilizada pelos jovens enquanto forma de obtenção de informação política e de participação política. A televisão e os jornais continuam a prevalecer enquanto meios de comunicação e de informação política, tal como demonstram também as investigações de Hahn (1998), NCES (2001) e Torney-Purta et al. (2001).

#### **Efeitos do contexto educativo nas concepções, atitudes e comportamentos políticos dos jovens**

Uma das questões que este estudo pretende analisar prende-se com a influência do contexto educativo nas concepções, atitudes e comportamentos políticos, comparando um curso do ensino secundário com um curso de formação profissional em alternância. Em relação a este aspecto não eram esperadas relações particulares entre as variáveis, assumindo, esta questão, um carácter essencialmente exploratório.

Verificamos que os formandos da aprendizagem em alternância apresentam valores superiores de eficácia política colectiva e de eficácia política em relação a Timor Leste, em comparação com os estudantes do ensino secundário. Estes resultados podem sugerir que as experiências dos jovens nos cursos de formação profissional contribuem para o desenvolvimento de crenças associadas a uma maior responsividade do governo às necessidades e interesses dos cidadãos. Naturalmente, não podemos afirmar que as diferenças encontradas são um efeito da frequência do curso e não decorrentes de características destes grupos pré-existentes à escolha. Mas as especificidades do ensino profissional (maior ligação ao mundo do trabalho, temas mais concretos, ligados à prática, e menos académicos, grau de envolvimento e autonomia dos alunos no processo de ensino-aprendizagem) poderão estar, efectivamente, a contribuir para um desenvolvimento diferencial destas crenças.

Por outro lado, observamos que os estudantes do ensino secundário tiveram mais experiências políticas activas em geral do que os formandos da aprendizagem em alternância, enquanto que estes utilizaram mais a internet enquanto forma de informação e participação política do que aqueles. Será que os estudantes do ensino secundário

têm mais disponibilidade de tempo para participar em actividades políticas, uma vez que a formação profissional decorre em horário preenchido durante todo o dia? Será que estas diferenças se devem antes a uma maior disponibilidade para o envolvimento? Será que a diferença na utilização da internet se deve ao facto de os cursos de formação profissional serem mais práticos, mais técnicos, onde as tecnologias desempenham um papel importante e estão mais acessíveis? Futura investigação será necessária para aprofundar a relação entre estas variáveis, identificando os factores de cada um dos percursos formativos que poderão estar na base destas diferenças, nomeadamente através de estudos longitudinais. No entanto, parece importante destacar que os dois contextos implicam diferenças, cujo sentido não é necessariamente desfavorável para a formação profissional, como a associação entre a opção por estes cursos e o insucesso escolar podia fazer esperar.

### **Efeitos do contexto educativo nas experiências de vida**

Neste ponto, analisaremos os efeitos que o contexto educativo produz nas oportunidades de desempenho de papéis e de reflexão guiada, comparando cursos do ensino secundário com cursos de formação profissional de aprendizagem em alternância.

Verificamos que nos cursos de formação profissional de aprendizagem em alternância são proporcionadas aos jovens mais oportunidades de participação nas aulas, através da manifestação da opinião acerca das matérias, da apresentação de trabalhos nas aulas, da dinamização de debates e da escolha de temas pelos alunos. Nos cursos do ensino secundário, parece haver menos flexibilidade nas práticas utilizadas dentro da sala de aula, não havendo tanto espaço para a participação activa dos alunos na condução do processo de ensino-aprendizagem.

Por outro lado, os estudantes do ensino secundário referem mais experiências de participação em grupos fora da escola ligados, nomeadamente, à protecção e defesa do ambiente, à cultura e recreação e à solidariedade com Timor Leste. Estas diferenças podem dever-se ao facto de os formandos da aprendizagem em alternância possuírem menos tempo livre (atendendo ao horário preenchido em que decorre a formação), estando mais centrados na transição e preparação para a vida activa. O facto de não existirem diferenças ao nível das actividades dentro da própria escola leva-nos a concluir que estas oportunidades são pouco significativas na vida dos jovens, quer frequentem um curso do ensino secundário, quer frequentem um curso de formação profissional.

### **Conclusões**

Na globalidade, este estudo vem de encontro a alguns padrões que a investigação tem identificado relativamente à vivência da cidadania e da política no período da adolescência e juventude, e que constituem preocupações sentidas em diversas entidades, desde as

instituições educativas às organizações políticas e governamentais. Assim, verificamos que os jovens rejeitam o envolvimento em assuntos ou actividades que percebem como políticas, tratando-se este de um domínio que não compreendem e relativamente ao qual tendem a alhear-se. Tal é visível em todas as dimensões observadas neste estudo, nomeadamente, nas concepções de cidadania, no interesse político, na eficácia política, na actividade política futura e nas experiências políticas. Deste modo, não consideram que seja importante um cidadão conversar sobre assuntos políticos com outras pessoas, ser militante de um partido político, entrar em contacto com políticos ou estar disponível para ser candidato a um cargo político. A grande maioria dos jovens refere interessar-se pouco ou nada por assuntos políticos. Pouco mais de metade dos jovens manifesta entender a maioria dos assuntos políticos. No futuro, não consideram que irão participar em comícios, ou usar emblemas de partidos políticos, ou distribuir panfletos, recolher assinaturas para uma petição, ser candidato a um cargo político, aderir a uma organização política, ou entrar em contacto com políticos. As suas experiências políticas actuais, relativamente às mesmas actividades, são praticamente inexistentes. Constatamos, também, como vimos, a prevalência das actividades passivas sobre as activas. Estes resultados vêm de encontro aos de outras investigações neste domínio (Hahn, 1998; NCES, 2001; Torney-purta et al. 2001).

No entanto, alguns dados revelam potencialidades que podem ser exploradas. Por exemplo, e tendo em conta a sociedade actual fortemente mediatizada, os jovens manifestam um elevado interesse por assuntos da actualidade, considerando importante que um cidadão se mantenha informado através dos meios de comunicação social. Valorizam a dimensão social da cidadania, o que inclui, por exemplo, a participação em actividades para ajudar as outras pessoas, a adesão a associações de interesse público e a recolha ou oferta de donativos a instituições de solidariedade social. Acreditam que vale a pena participar em diversas actividades (por exemplo, de associações, manifestações) com o objectivo de manifestarem o que pensam e possuem a crença de que uma decisão do governo pode ser mudada se muitas pessoas disserem que não concordam com ela. O sentimento de eficácia política estende-se ao domínio pessoal, escolar e relativo a Timor-Leste. Em relação ao futuro, consideram que irão utilizar os meios de comunicação social para se manterem informados sobre assuntos políticos e falar sobre assuntos políticos com os pais, amigos e colegas. Mostram-se também predispostos a votar nas eleições, a fazer greve, a aderir a uma associação ou organização e a recolher ou oferecer donativos para uma instituição de solidariedade social. Em relação às suas experiências políticas actuais, os jovens utilizam a televisão para se informarem sobre assuntos políticos e falam com os pais sobre esses assuntos.

Assim, uma importante implicação dos dados obtidos é a da necessidade de repensar as intervenções sociais para a promoção da cidadania. Salientamos que esta é uma tarefa partilhada por diversas instituições, desde a escola, a família, o grupo de pares, as organizações da comunidade, os meios de comunicação social e a cultura política e que decorre de forma explícita e implícita, acidental e intencional. Ora, os resultados indiciam a importância de desmistificar, junto dos jovens, o conceito de política, clarificando

que se trata de algo que diz respeito a todos e que influencia a vida de todos os cidadãos: os assuntos pelos quais os jovens manifestam interesse – os assuntos da actualidade – são também políticos, a participação em actividades de associações é também uma experiência política, a própria escola é uma organização que, como todas as instituições sociais, tem um carácter político. Além disso, torna-se importante proporcionar experiências aos jovens que aumentem o seu grau de compreensão relativamente aos assuntos políticos, combatendo a rejeição por assuntos considerados demasiado complexos. Devemos ter em conta a imagem degradada que os jovens possuem relativamente aos políticos, aos partidos políticos e aos candidatos a cargos políticos, que se reflecte na reduzida confiança política e num cinismo crescente. A valorização da dimensão social da cidadania pelos jovens, em detrimento da dimensão política convencional, pode também estar relacionada com esta imagem negativa, aliada ao facto de actualmente as sociedades enfrentarem problemas complexos que requerem soluções exigentes, tais como a exclusão social e a pobreza.

Se atendermos ao papel específico da escola, os efeitos encontrados em contextos de educação/formação distintos salientam a importância de intencionalizar as práticas educativas no sentido da promoção da cidadania. Assim, os formandos da aprendizagem em alternância apresentam valores superiores de eficácia política (colectiva e relativa a Timor Leste) e de participação política através da internet. Por outro lado, os estudantes do ensino secundário apresentam valores superiores de participação política activa em geral. Naturalmente, será necessário intensificar os esforços de investigação para clarificar os factores que poderão estar na base destas diferenças. Mas, mais do que afirmar a importância da educação para a cidadania nos vários contextos de educação/formação, interessa desenvolver projectos de intervenção educativa eficazes, que produzam efectivamente mudanças na forma como os jovens vivem a política e a cidadania. Realçamos ainda o facto de os resultados do estudo não reforçarem a desvantagem tendencialmente apontada aos formandos da aprendizagem em alternância, em comparação com estudantes do ensino secundário.

Ademais, os dados obtidos relativamente à situação específica de Timor Leste chamam, também, a atenção para a importância do significado afectivo das situações políticas. Assim, esta dimensão deve ser tida em conta no planeamento de intervenções de promoção da cidadania. Um envolvimento activo será provavelmente mais intenso em projectos e experiências relevantes e significativas do ponto de vista dos jovens.

Ora, a ênfase nas experiências de participação que envolvam uma postura activa na resolução de problemas concretos é tanto mais importante quanto verificamos que as preferências dos jovens recaem sobre as actividades passivas, tais como a exposição às notícias e o falar com outras pessoas sobre assuntos políticos. Mesmo no caso de Timor Leste, os jovens acompanharam o processo de independência deste território e falaram sobre o assunto, mas tal não correspondeu a uma participação elevada em actividades concretas de mobilização na sociedade civil. Assim, os contextos de vida devem permitir aos jovens ensaiar novos papéis e responsabilidades que impliquem um envolvimento mais activo, no seu repertório de comportamentos. Mas é importante

reforçar que estas experiências de acção devem ser acompanhadas de momentos de reflexão, no contexto de uma relação significativa, se o objectivo é produzir uma integração pessoal dos significados da participação cidadã.

Na globalidade, sublinhamos ainda que, nesta amostra, em congruência com a investigação neste domínio, as questões da política e da cidadania não parecem mobilizar os jovens – o que reforça a necessidade de um maior investimento das várias instituições sociais na promoção da cidadania nas jovens gerações.

## Bibliografia

- Braga da Cruz, M. (1995). *Instituições políticas e processos sociais*. Bertrand Editora.
- Figueiredo, C. C. & Silva, A. S. (2000). *A educação para a cidadania no Sistema Educativo Português (1974-1999)*. Lisboa: Ministério da Educação
- Hahn, C. L. (1998). *Becoming political. Comparative perspectives on citizenship education*. Albany: State University of New York Press.
- Haythornthwaite, C. (2001). The Internet in everyday life. *American Behavioral Scientist*, Vol. 45, No. 3, Nov., 363-382.
- Ichilov, O. (1988). Family politicization and adolescents' citizenship orientations. *Political Psychology*, Vol. 9, No. 3. 431-444.
- Ichilov, O. (1991). Political socialization and schooling effects among Israeli adolescents. *Comparative Education Review*, Vol. 35, No. 3, 430-446.
- Ichilov, O. (1998). Patterns of citizenship in a changing world. In O. Ichilov (Ed.) *Citizenship and citizenship education in a changing world*. London: The Woburn Press.
- Katz, J. E., Rice, R. E. & Aspden, P. (2001). The Internet, 1995-2000. Access, civic involvement, and social interaction. *American Behavioral Scientist*, Vol. 45, No. 3, Nov., 405-419.
- Kavanaugh, A. L. & Patterson, S. J. (2001). The impact of community computer networks on social capital and community involvement. *American Behavioral Scientist*, Vol. 45, No. 3, Nov., 496-509.
- Lind, G (1996). *Educational environments which promote self-sustaining moral development*. Paper presented at the 1996 meeting of the American Educational Research Association, New York.
- Monteiro, N. P. (1999). *Democracia electrónica*. Lisboa: Gradiva.
- NCES (2001). *What democracy means to ninth-graders: U. S. results from the International IEA Civic Education Study*. U. S. Department of Education.
- Reef, M. J. & Knoke, D. (1999). Political alienation and efficacy. In J. P. Robinson, P. R. Shaver & L. S. Wrightsman (Ed.). *Measures of political attitudes*. Academic Press.

Robinson, J. P., Shaver, P. R. & Wrightsman, L. S. (Ed.) (1999). Measures of political attitudes. Academic Press.

Torney-Purta, J., Lehmann, R., Oswald, H. & Schulz, W. (2001). Citizenship and education in twenty-eight countries. Civic knowledge and engagement at age fourteen. IEA.

Villaverde Cabral, M. & Machado Pais, J. (1998). Jovens Portugueses de hoje: Resultados do inquérito de 1997. Oeiras: Celta Editora.

Wellman, B., Haase, A. Q., Witte, J. & Hampton, K. (2001). Does the Internet increase, decrease, or supplement social capital? Social networks, participation, and community commitment. *American Behavioral Scientist*, Vol. 45, No. 3, Nov., 436-455.